

PARECER Nº 010/2025

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei nº 007/2025 Autoria: Poder Executivo

Assunto: Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir o imóvel localizado na Avenida Dr. Belmínio Correia, s/n, Capibaribe, e dá outras providências.

I – Exposição da matéria em exame:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Municipal a adquirir o imóvel localizado na Avenida Dr. Belmínio Correia, s/n, Capibaribe, pelo valor máximo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), conforme laudo de avaliação anexado.

A aquisição do imóvel tem como justificativas principais:

Oportunidade única de aquisição, considerando sua localização estratégica e infraestrutura adequada às necessidades do município;

Resolução de pendências trabalhistas envolvendo o imóvel, possibilitando o pagamento de créditos a trabalhadores;

Destinação futura do imóvel para atender demandas administrativas e sociais da comunidade de São Lourenço da Mata.

O projeto se fundamenta no interesse público, alinhando-se aos princípios da eficiência administrativa e da responsabilidade fiscal.

II - Conclusões do relator:

a) Legalidade e Constitucionalidade:

Após análise, verifica-se que o Projeto de Lei nº 007/2025 encontra-se em conformidade com os princípios constitucionais e a legislação municipal vigente. A competência legislativa do município para tratar da matéria está respaldada na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal.



Não há vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade na proposição, pois a aquisição do imóvel atende ao interesse público e segue os trâmites legais necessários.

b) Conveniência e Oportunidade:

A proposta apresenta-se conveniente e oportuna, considerando que a aquisição do imóvel pode trazer benefícios diretos à administração pública e à população, garantindo o uso adequado do espaço para fins administrativos e sociais.

Além disso, a medida permite a regularização de questões trabalhistas pendentes, evitando futuras complicações jurídicas ao município.

Por essas razões, recomenda-se a aprovação integral do projeto.

III - Decisão da Comissão:

Diante do exposto, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestase **FAVORAVELMENTE À APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 007/2025, por estar em consonância com a legislação pertinente e por atender aos princípios de legalidade, e a conveniência.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2025.

Pedro Henrique des Santos

Relator

Alcides Francisco do Nascimento

Membro

Miqueias Caitano de Lima

Membro

